

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E CURRICULAR EM 1.º CEB A PARTIR DA CENTRALIDADE DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

MARINA PINTO¹ (direcao@colegionovodamaia.pt) & DANIELA GONÇALVES² (daniela@esepf.pt)

¹ Colégio Novo da Maia

² Centro de Estudos de Desenvolvimento Humano/ ESE de Paula Frassinetti / Colégio Novo da Maia, Porto, Portugal

RESUMO

Assumindo que a Escola deve ser capaz de criar compromissos - para que cada um(a) consiga desenvolver um projeto claro de vida, para se tornar plenamente Pessoa, comprometendo-se com a sociedade, tornando-se assim um cidadão participativo e com consciência crítica - apresentar-se-á um projeto de ensino em 1.º Ciclo do Ensino Básico que foi implementado no ano letivo de 2014/15, numa instituição privada de ensino que, apesar de contemplar a figura do professor titular de turma (PTT), aposta em equipas multidisciplinares, com profissionais especialmente vocacionados, orientados para o conhecimento disciplinar. A qualidade do ensino e a avaliação dos processos dos resultados e do desempenho organizacional constituem a principal prioridade da instituição em análise, daí que a reflexão sobre a prática pedagógica e sobre a competência científica seja uma constante, “obrigando” a uma contínua reflexão e adaptação curricular. Os docentes exercem, neste domínio, um papel fundamental, enquanto mediadores do processo de aprendizagem e de ensino, desenvolvendo nos alunos competências para a autoformação, a prática reflexiva, a comunicação, a resolução de problemas, a capacidade para trabalhar em equipa e a autoavaliação. É de salientar que neste nível de ensino, é preconizado um modelo de organização escolar que aposta verdadeiramente na igualdade de oportunidades de acesso, de sucesso e de usufruto dos bens educacionais que assenta em diferentes princípios pedagógicos que serão devidamente explicitados ao longo do texto.

Palavras-chave: equipas multidisciplinares; processo de aprendizagem; olhares educacionais múltiplos

INTRODUÇÃO

A Escola tem, hoje, uma responsabilidade acrescida, pois é esperado que se assuma como um instrumento de mudança social. Compreender “esta” Escola é fundamental para o processo de tomada de decisões que procura responder às exigências contemporâneas. Reflita-se no que consideram Alarcão e Tavares (2007:132) a este propósito: “escola como organismo vivo, em desenvolvimento, norteadas pela finalidade de educar, finalidade que se concretiza num grande plano de acção: o projecto educativo. É esta escola, mais situada, mais responsável e resiliente, mais flexível e livre, que designamos por escola reflexiva”. Perspetiva-se, portanto, uma escola que constrói a sua identidade, adotando uma postura flexível e articulada fruto não da conjuntura, mas sim do contexto. Tal pressupõe a construção e utilização de um conjunto de instrumentos e o desenvolvimento de processos que surgem de um diálogo permanente com situações autênticas (Alarcão e Tavares, 2007).

É neste contexto que atualmente se anseia uma escola competente para traçar o seu percurso de desenvolvimento, sendo capaz de encontrar a sua identidade, através de práticas de reflexão, avaliação e da ação. Uma escola reflexiva pressupõe uma visão sistémica, onde todos dependem de si, mas todos constroem um caminho único e convergente para um propósito comum, tal como considera Bolívar (2003; 30): “assim as escolas que são “eficazes” requerem uma forte liderança instrutiva, capaz de apoiar os professores nos recursos metodológicos de um ensino efectivo, ao mesmo tempo que centrar as tarefas do currículo, supervisioná-las e dinamizar o trabalho conjunto dos professores. Por outro lado, visto que as escolas eficazes se caracterizam por ter uma identidade, cultura ou visão diferenciada, estas instituições educativas (normalmente privadas) partilham valores sobre as missões da escola, participação conjunta nas tarefas, relações de colegialidade e preocupação com os outros”.

A escola que se propõe é aquela em que o professor está em constante processo de crescimento e de aprendizagem. Esta assunção de uma nova visão de escola implica uma estrutura organizativa que permite partilhar e construir saberes comuns, tornando-se autónoma e responsável, capaz de propor um percurso autêntico aos seus alunos, desenvolvendo projetos e partilhando-os de uma forma responsável e inovadora. Assim, o professor é um membro de um grupo que vive numa organização que tem por finalidade promover o desenvolvimento e a aprendizagem de cada um num espírito de cidadania integrada (Alarcão, 2001).

Há necessidade da construção de uma nova profissionalidade docente, onde o professor deixa de estar isolado para se encontrar inserido num corpo profissional e numa organização escolar, nomeadamente no que diz respeito ao ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico que associado à monodocência sempre esteve tradicionalmente isolado. Há, também, necessidade de criar redes de (auto) formação participada através da “troca de experiências” e da “partilha de saberes” capazes de constituírem espaços de formação mútua (Nóvoa, 1991).

Para a concretização deste tipo de escola são lançados alguns reptos, tanto às organizações (escolas reflexivas), assim como aos professores: a) liderar e mobilizar toda a comunidade sendo capazes de transformar o projeto enunciado em projeto conseguido; b) saber agir, promovendo uma atuação sistémica; c) assegurar a participação democrática, implicando pensar e ouvir antes de decidir; d) promover a autoavaliação e heteroavaliação; e) aceitar/contribuir que a escola viva em permanente processo de desenvolvimento e de aprendizagem.

O ato de educar é, neste contexto, o ato de despertar consciências para a liberdade e para a responsabilidade, sendo esta a capacidade de responder aos desafios, na medida em que somos capazes de responder ao Outro e, ao mesmo tempo, “criar uma visão do mundo que implica que também o podemos recriar segundo uma perspetiva diferente mudando a nossa situação” (Robinson e Aronica, 2011: 85). Trata-se, sobretudo, de educar para o mundo, educar para os tempos complexos e de incertezas, onde os *olhares múltiplos* ajudarão, certamente, a ver cada aluno(a) como um ser único e com a necessidade de uma educação personalizada, para além de minimizar a situação “isolada” do professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO

O Ensino Básico alicerça-se nas Metas Curriculares e no Currículo Nacional, plasmado nos diferentes Programas, e garante a frequência de currículos de enriquecimento. Neste nível de ensino, nomeadamente no 1.º Ciclo do Ensino Básico, os alunos são os sujeitos e os principais atores das suas aprendizagens em consequência das suas vivências e experiências pedagógicas. Acresce ainda que

as atuais metas curriculares, fiéis aos princípios em que se baseiam, identificam e operacionalizam os desempenhos que traduzem os conhecimentos a adquirir e as capacidades a desenvolver pelos alunos, respeitando a sua ordem de progressão e tendo em consideração os processos necessários a essa mesma aquisição e desenvolvimento.

Tendo em conta tais normativas, na instituição de ensino privada onde se desenvolveu o projeto que apresentaremos em seguida, o funcionamento do 1.º Ciclo do Ensino Básico remete para um conjunto de aprendizagens e valores que os alunos desenvolvem e adquirem, evocando a sua organização, a sua hierarquização e articulação bem como a sua importância ao longo do percurso escolar, sendo objetivado da seguinte forma: a) desenvolver uma prática democrática, através de processos participativos na definição da política educativa, bem como, na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram os intervenientes do processo educativo; b) (re)construir os processos de relação que configuram a experiência escolar, primando pela articulação entre professor/aluno, bem como as condições específicas da apropriação de conhecimento; c) planificar, conjuntamente, as atividades e o exercício da docência, assim como as atividades complementares a serem realizadas ao nível da componente não letiva; d) cultivar a persistência, o gosto pelo saber-fazer, a cooperação, a solidariedade e o respeito, visando a melhoria das relações interpessoais e o sucesso educativo dos alunos; e) criar condições propiciadoras de articulação entre conteúdos/capacidade(s)-saber/saber-fazer/saber-ser; f) potenciar a criatividade que se desenvolve através da simbiose – reprodução/invenção e lógica/imaginação; g) avaliar a construção da (s) aprendizagem(ens), nas suas múltiplas componentes; h) explicitar a dialética direitos/deveres com vista à corresponsabilização de todos os implicados no processo educativo.

Para que se cumpram os pressupostos anteriormente referidos, a preparação das atividades é realizada de forma integrada e flexível, formalizando este procedimento através da planificação. Planificar pressupõe estruturar, organizar, preparar, acautelar, assim como, negociar as aprendizagens, articulando os níveis preconizados na nossa prática educativa com os pressupostos que fundamentam a organização do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Observando os alunos e as suas interações, o professor deve ser capaz de identificar o que estes sabem e são capazes de fazer, conhecendo as suas potencialidades e necessidades específicas. Desta forma, poderá planificar e construir a sua prática de acordo com o desenvolvimento da criança, respeitando e valorizando as suas características individuais. O professor deve procurar «[desenvolver] estratégias pedagógicas diferenciadas», «[assegurar] a realização de actividades educativas de apoio aos alunos e [cooperar] na detecção e acompanhamento de crianças ou jovens com necessidades educativas especiais» (ME, Lei nº240/2001, de 30 de agosto). Ora, consideramos importante que desde a fase da conceção de um projeto até à sua avaliação, a planificação se assuma como um guião orientador que assenta na flexibilidade e na capacidade de assumir novas perspetivas. Os dispositivos de planificação são um meio de regulação da ação pedagógica que nos remetem para a gestão de tempos letivos e impõem a prática de um ensino personalizado. Tendo em consideração essencialmente a heterogeneidade dos discentes, foi sentida a necessidade de adotar estratégias de planificação promotoras de uma cultura escolar global, onde cada aluno(a) importa.

1.1 APRENDER COM CRIATIVIDADE E TALENTO(S)

O projeto - *Aprender com Criatividade e Talento(s)* - aposta num modelo flexível para o 1º Ciclo do Ensino Básico assente em “equipas multidisciplinares”, lideradas por professores “especialmente vocacionados”, orientados para o conhecimento disciplinar, sendo que cada turma continua a contemplar a figura do professor titular de turma, implementando, deste modo, uma dinâmica organizacional que está de acordo com o Despacho normativo n.º 6/2014, de 26 de maio de 2014, do Ministério de Educação e Ciência.

É, portanto, preconizado um modelo de organização escolar alternativo que aposta verdadeiramente na igualdade de oportunidades de acesso, de sucesso e de usufruto dos bens educacionais que assenta nos seguintes princípios pedagógicos:

- I. Princípio da complexidade (rompe com grande parte das convicções do ensino tradicional; a aprendizagem não é um processo linear e deve ser equacionada numa perspetiva multifacetada, bem distante dos simplismos que caracterizam tanto a escola tradicional como a pedagogia moderna).
- II. Princípio da coerência (cultivo de valores, códigos, sentidos partilhados e comuns).
- III. Princípio da procura constante (nunca fazemos o suficiente, não porque não estamos à altura da nossa missão, mas porque há sempre uma estratégia diferente para chegar aos alunos; há sempre, pois, alguma coisa que podemos fazer diferente e nessa diferença perceber que a qualidade do nosso trabalho não se mede pela quantidade e intensidade do esforço, mas sim a criatividade que colocamos na abordagem daquilo que queremos fazer).
- IV. Princípio da problematização (assente em princípios epistemológicos pós-positivistas e em pressupostos próprios de uma pedagogia do conhecimento, tem como seu princípio heurístico a conceção de que educar no contexto da nossa contemporaneidade – marcada pela mudança contínua – implica a precedência da aprendizagem sobre o saber. Trata-se da aceitação do saber enquanto resultado provisório do aprender).
- V. Princípio da confiança (a confiança é a base de toda a educação e de todas as relações).
- VI. Princípio da aprendizagem exigente (promoção do rigor, do método, da resiliência, da determinação e do valor do conhecimento / da aprendizagem).
- VII. Princípio da diversidade (a diversidade é, pois, um princípio vital que tem de ser transposto para a ação pedagógica. Nos métodos, nas atividades, nos tempos e na avaliação).

No âmbito deste projeto, a organização pedagógica e curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico, onde o processo de ensino é pensado e implementado com vista as aprendizagens efetivas de cada aluno(a), foi equacionada a partir da centralidade do processo de aprendizagem de todos(as) e, ao mesmo tempo, de cada um(a). Deste modo, a equipa dos doze docentes titulares de turma, bem como os professores as áreas coadjuvadas – dois professores de Inglês, uma professora de Expressão Musical e Dramática, uma professora de Expressão Plástica, dois professores de Expressão Físico-Motora e um professor de Filosofia com Crianças – foram convidados a refletir sobre o modo de trabalhar ainda mais em conjunto, em prol de um processo de aprendizagem bem sucedido para cada aluno(a).

Admitindo as vantagens da monodocência, equacionou-se a hipótese de alocar um conjunto de professores “especialmente vocacionados”, orientados para o conhecimento disciplinar, nos primeiros anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e outros profissionais a lecionar os terceiros e quartos anos, numa área disciplinar preferencial. Por outras palavras, este modelo flexível, implementado no ano letivo de 2014/15, teve em conta, quer o percurso académico e formativo dos docentes, quer a sua área disciplinar de preferência, numa lógica bipartida deste nível de ensino – primeiro e segundos anos e terceiros e quartos.

A título de ilustração, vejamos a organização preconizada:

Professor Titular da turma do	REAS CURRICULARES DISCIPLINARES E NÃO DISCIPLINARES	TURMAS	COMPONENTE LETIVA
		Português	2.ºA, 1.ºA
	Estudo do Meio	2.ºA	3
	Filosofia para Crianças	2.ºA	1
2.º A	Expressão Musical	2.ºA	1
	Expressão Plástica	2.ºA	1
	Expressão Físico-motora	2.ºA	1
	Apoio ao estudo PT	2.ºA, 1.ºA	2

Tabela 1: Representação ilustrativa do modelo organizacional pedagógico e curricular

Obviamente que na turma do 2.º A será lecionada matemática mas por outro professor que está alocado ao ensino no primeiros e segundo anos de escolaridade que, por sua vez, é titular de outra turma. Este investimento numa área disciplinar específica – ou português ou matemática (numa lógica de primeiro e segundo anos ou terceiro e quarto anos) - permite aos docentes focalizar o investimento formativo, assim como aperfeiçoar o conhecimento científico-didático, sem descurar um trabalho articulado com todos os outros docentes, possibilitando o confronto de ideias acerca dos alunos e das turmas, conduzindo, muitas vezes, a uma (re)configuração de aspetos pedagógicos essenciais. Trata-se, portanto de uma organização pedagógica e curricular assente em equipas multidisciplinares, permitindo olhares educacionais múltiplos em prol de mais e melhores aprendizagens, oferecendo “uma visão mais rica da capacidade e criatividade humanas, assim como dos benefícios de nos ligarmos devidamente aos nossos talentos e paixão individuais” (Robinson e Aronica, 2011: 13).

Ora, fomenta-se a implementação de projetos próprios, que valorizem as boas experiências e promovam práticas colaborativas entre os diferentes profissionais, como é o caso do *Aprender com Criatividade e Talento(s)*. Reconhecemos a necessidade de investir em processos de ensino e de aprendizagem cada vez mais criativos e críticos, fomentando a descoberta do(s) talento(s) de cada aluno(a). Fatores como uma liderança forte, expectativas elevadas em relação aos desempenhos dos alunos, um clima propício à aprendizagem, a prioridade dada ao ensino de conhecimentos fundamentais e a avaliação e controle dos desempenhos dos alunos são fundamentais. Importa que, com base na experiência acumulada e na avaliação das decisões tomadas, novas referências sejam estabelecidas e legitimadas no que respeita à organização dos tempos letivos escolares, tanto dos alunos como dos professores, fomentando-se a adequação ao trabalho a desenvolver nesta instituição de ensino.

Neste sentido, consideramos que este projeto é uma aposta num modelo mais flexível para o 1.º Ciclo do Ensino Básico, sendo que a promoção do sucesso escolar dos alunos e práticas de ensino de excelência são, deste modo, eixos primordiais, estando presentes neste modelo, porque permite articular a exigência da competência disciplinar face ao crescente desenvolvimento do conhecimento, respondendo positivamente às diversas formas de aprender.

Sem relegar para um plano secundário a importância do vínculo pedagógico, da relação de pessoalidade e do conhecimento interpessoal que a atual organização do ensino desestabiliza com a entrada do aluno no 2º ciclo do ensino básico e analisando a situação atual, existe um contraste violento e repentino entre o regime de monodocência do 1º ciclo e o regime de pluridocência do 2º, contraste que é acentuado e intensificado pelas diferentes lógicas organizativas que estruturam o trabalho escolar. Pretende-se, portanto, que este projeto contribua para uma maior coerência e sequencialidade entre os ciclos, sustentando pela diversidade de ofertas educativas, no reforço da carga horária das disciplinas fundamentais, no reforço da autonomia pedagógica e organizativa da instituição na gestão do currículo, no sentido da definição das ofertas formativas adequadas às características da comunidade educativa identificadas no Projeto Educativo.

A instituição prioriza, deste modo, a assunção da sua missão, através da inovação pedagógica e na promoção da qualidade do ensino. Nesta organização educativa, promulgam-se práticas educativas de sucesso, desenvolvendo iniciativas que evidenciam a articulação, a transdisciplinaridade e flexibilização curricular que caracteriza e distingue o 1.º Ciclo do Ensino Básico em todo o Ensino Básico.

1.2 APRENDER COM CRIATIVIDADE E TALENTO(S) DE FORMA COLETIVA

A maioria dos docentes realiza e desenvolve o seu trabalho isolado da prática profissional, num “espaço confinado da sua sala de aula, longe do olhar de outros adultos, com particular destaque para os seus pares” (Formosinho e Machado, 2009:7). No trabalho coletivo, a grande finalidade é conseguir juntar “os professores em torno de saberes e crenças específicas (...) que proporcionem formas particulares de construção de identidades com base num conjunto de pressupostos, partilhados pelos seus membros, relativos à natureza da aprendizagem, às estratégias exequíveis, às formas de agrupamento dos alunos” (Formosinho e Machado, 2009:12). Os professores devem então ser capazes de colaborar em torno de projetos pedagógicos, que possam a vir melhorar a política da escola. A renovação das práticas e a partilha de experiências são os pontos-chave que são necessários centrar, para colocar em prática o ensino em equipa, em colaboração. Eis uma enorme vantagem deste projeto: exige a partilha entre docentes, desde a planificação até à avaliação e divulgação/comunicação (junto da comunidade educativa), ajudando cada docente a confrontar o seu olhar com o olhar de outro profissional que também conhece e interage com os alunos/turma.

Portanto, o trabalho em equipa, ou as equipas multidisciplinares, têm algumas vantagens que importam referir, não só para os alunos, mas também para os docentes, pois permitem “dar sustentabilidade à busca de novos modos de organizar o trabalho docente na escola” (Formosinho e Machado, 2009:42), para além de potenciar, “ (...) os desempenhos preferenciais desses profissionais” (ME, Despacho normativo nº6/2014:2), estimulando assim “a criação de uma teia complexa de relações colegiais, com as quais se pretende potenciar a flexibilidade, a capacidade de correr riscos e o melhoramento contínuo entre os profissionais que interagem com os alunos” (Formosinho e Machado, 2009:42).

Parafraseando Formosinho e Machado (2009:43), as escolas quando se comprometem a basear a sua organização em Equipas Educativas, a “organizar modelos alternativos de agrupamentos de alunos e organizar modelos alternativos de horário escolar” estão a contribuir para o sucesso escolar dos alunos. Ou ainda como defende Bolívar (2012:176), “o trabalho em colaboração é fundamentado na pressuposição de que os indivíduos aprendem melhor quanto interagem com os colegas”, contemplando uma mais-valia

no que diz respeito ao aproveitamento da capacidade e especialidade de cada docente e utilizando este potencial para melhoria do trabalho-em-conjunto. É nossa convicção de que estas múltiplas interações, estes múltiplos olhares, estas múltiplas ideias em torno do processo de aprendizagem e ensino de todos os alunos(as) e ao mesmo tempo de cada um(a), representam uma remodelação da estrutura organizacional e do exercício profissional dos docentes do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade em que vivemos reclama uma Escola onde os alunos criem gosto pela sua aprendizagem e pelo seu desenvolvimento, onde aprendam a lidar com diferentes situações que lhes são apresentadas, que potencie as suas capacidades de formulação e resolução de problemas tornando-os capazes de analisar e discutir questões diversas do seu quotidiano. Para tal, deveremos garantir que todos(as) tenham oportunidades de desenvolver os seus complexos processos de pensamento: “a Escola é uma das instituições onde deve reinar esta sensibilidade – cristalizar a expectativa, a esperança... a esperança que cada um de nós faça sentido” (Gonçalves, 2006: 31). Em nosso entender, a promoção do sucesso no ensino/aprendizagem só acontece efetivamente se a Escola, em particular, e toda a comunidade educativa, em geral, for capaz de responder de forma eficiente tanto às necessidades de cada um dos seus indivíduos – sejam elas de carácter afetivo, cultural ou psicológico, entre outras –, como aos desafios relevantes e concretos da realidade vivida e sentida por cada um dos seus elementos e, ao mesmo tempo, por todos. Sabemos, no entanto, que esta tarefa nem sempre é fácil. “Na sociedade de consumo, anestesiada pelas mensagens dos meios de comunicação social, precisamos mais de pessoas criativas, capazes de questionar e resolver problemas, do que de pessoas que saibam acumular e reproduzir as ideias dos outros. A origem do conhecimento está nas perguntas. Perguntar e pensar são processos inseparáveis” (Estanqueiro, 2012: 51). Este projeto representa isto mesmo: uma resposta coletiva, comprometida e séria a estes desideratos.

Se atendermos aos propósitos morais do ensino – que entendem o ensino como uma ação humana levada a cabo para outros seres humanos – o carácter moral do professor assume uma importância decisiva. Sockett (1993: 71) identifica cinco virtudes principais, a saber: a honestidade, a coragem, o cuidado, a justiça e o reconhecimento prático. Estas virtudes estão, obviamente, relacionadas com a arte de ensinar: a justiça e a coragem de criar oportunidades para que cada aluno possa aprender de forma significativa está umbilicalmente associada às múltiplas exigências de um ambiente sempre complexo e em constante mudança. Sabemos também ser quase impossível encontrar um professor «apaixonado» pelo que faz que não se preocupe em estabelecer verdadeiros elos com todos os seus alunos, com a comunidade educativa que integra e, *quicá*, consigo próprio. Mas a honestidade, a coragem, o cuidado, a justiça e a sabedoria prática, não são qualidades acidentais... Manter um compromisso ao longo do tempo requer a coragem e a justiça de continuar a cuidar de todos e de cada um: dos que são menos e dos que são mais interessados, dos que revelam menos mas também dos que revelam mais capacidades. Defendemos que ninguém deve ficar de fora e a Escola não pode representar algo inibidor do aparecimento e/ou desenvolvimento das potencialidades dos alunos. Esta tem o dever de criar ambientes criativos, que potenciem e estimulem os alunos, de criar «outras» oportunidades e fazer desabrochar o(s) seu(s) talento(s). Eis a nossa aventura coletiva diária: “a empatia de uma equipa aplica-se não apenas à sensibilidade entre os seus membros, mas também à compreensão da perspetiva e dos sentimentos das outras pessoas e grupos com que a equipa lida – empatia de grupo” (Goleman, 2014: 302).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, I. (2001). *Escola Reflexiva e Supervisão. Uma Escola em Desenvolvimento e Aprendizagem*. Porto: Porto Editora
- Alarcão, I. E Tavares, J. (2007). *Supervisão da Prática Pedagógica*. Coimbra: Almedina
- Bolívar, A. (2003). *Como melhorar as escolas*. Porto: ASA Editores, S.A.
- Estanqueiro, A. (2012). *Boas Práticas na Educação – O Papel dos Professores*. Lisboa: Editorial Presença
- Formosinho, J. e Machado. (2009) *Equipas Educativas: Para uma nova organização da escola*. Porto: Porto Editora
- Goleman, D. (2014). *Foco. O Motor da Excelência*. Lisboa: Temas e Debates
- Gonçalves, D. (2006). “Da Inquietude ao Conhecimento”. *Saber Educar Nº 11*, Porto: ESE de Paula Frassinetti, p. 101 – 109
- Ministério de Educação, Decreto-Lei nº 240/2001, de 30 de agosto
- Ministério de Educação e Ciência, Despacho Normativo n.º 6/2014
- Robinson, K. e Aronica, L. (2011). *O Elemento*. Porto: Porto Editora
- Sockett, H. (1993). *The moral base for teacher professionalism*. New York: Teachers College Press.